

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.250 - SP (2019/0302228-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : LUCAS HENRIQUE BEPPU  
**ADVOGADO** : LUCAS HENRIQUE BEPPU (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) - SP421451  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : CARLOS ANTONIO DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de CARLOS ANTONIO DA SILVA no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Agravamento em Execução Penal n. 7000649-75.2017.8.26.0024).

Depreende-se dos autos que o Juízo das execuções penais indeferiu o pedido de livramento condicional formulado pelo paciente (e-STJ fl. 30).

Irresignada, a defesa interpôs recurso na Corte estadual, que negou provimento ao intento recursal (e-STJ fls. 62/65).

No presente *writ*, a defesa sustenta não haver exigência legal que condicione a concessão do benefício em questão ao prévio cumprimento de regime prisional intermediário (no caso, o semiaberto).

Além disso, argumenta que o paciente possui preenchidos todos os requisitos exigidos para a fruição do benefício em questão.

Diante desse contexto, requer, inclusive liminarmente, a concessão da ordem "*para cassar o acórdão atacado, e conceder ao sentenciado o livramento condicional, porquanto presentes os respectivos requisitos*" (e-STJ fl. 10).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

# Superior Tribunal de Justiça

Na espécie, verifico estarem presentes o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora* aptos a justificar o deferimento da medida de urgência pleiteada, porém, em menor extensão. Explico.

No caso, o pedido de livramento condicional foi indeferido pelo Juízo de piso sob o fundamento de que seria necessário que o paciente passasse previamente pelo regime intermediário (e-STJ fl. 30).

O Tribunal de origem manteve a referida decisão sob os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 64/65):

O agravante Carlos Antônio cumpre a pena total de 10 (dez) anos, 2 (dois) meses e 21 (vinte e um) dias de reclusão, por ter sido condenado pela prática de crimes de roubo majorado.

Formulado pedido de concessão do livramento condicional, a r. sentença de primeiro grau negou-lhe o benefício, sob o fundamento de que é necessário experimentar primeiramente o regime intermediário, como forma de comprovar senso de responsabilidade e maturidade.

De fato, justa a r. decisão de primeira instância.

Com efeito, nos termos do art. 112, *caput*, da Lei de Execução Penal, *"a pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos gravoso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos 1/6 (um sexto) da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão"*.

No mesmo sentido dispõe o art. 33, § 2º, do Código Penal, ao determinar que o cumprimento da pena privativa de liberdade deve ocorrer de forma progressiva.

Na hipótese em que fossem ignorados tais dispositivos legais, estar-se-ia violando o próprio objetivo do instituto da progressão de regime, que consiste na reabilitação gradual do reeducando, de modo a permitir sua reinserção ao convívio social.

[...]

Considerando, portanto, que o livramento condicional assemelha-se ao regime aberto, pela forma e condições em que é cumprido, não é recomendável seja o agravante beneficiado com tal instituto diretamente do regime fechado, sem que passe pelo regime intermediário.

Como se vê, o principal fundamento consignado pelas instâncias ordinárias para negar a concessão do benefício do livramento condicional ao sentenciado

# *Superior Tribunal de Justiça*

foi o fato de ele não ter vivenciado o regime semiaberto, o que não é obrigatório para a concessão do benefício nos termos da jurisprudência desta Corte, consubstanciando-se em flagrante ilegalidade apta a ensejar o deferimento da medida liminar.

Nesse sentido, colho o seguinte precedente:

[...] 2. *Nos termos do art. 83 do Código Penal, para a concessão do benefício do livramento condicional, deve o apenado preencher os requisitos de natureza objetiva (fração de cumprimento da pena) e subjetiva (comportamento satisfatório durante a execução da pena, bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e aptidão para prover ao próprio sustento de maneira lícita).*

3. *A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça tem se manifestado no sentido de que a gravidade do delito, as faltas graves antigas, a longa pena a cumprir e a impossibilidade da chamada progressão per saltum de regime prisional não constituem fundamentos idôneos para o indeferimento do benefício do livramento condicional.*

4. *O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento de que não há obrigatoriedade de o sentenciado passar por regime intermediário para que obtenha o benefício do livramento condicional, ante a inexistência de tal previsão no art. 83 do Código Penal.*

5. *Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para cassar as decisões das instâncias ordinárias e determinar que o Juiz da execução aprecie o pleito do benefício do livramento condicional, nos estritos termos da lei.*

(HC 384.838/SP, relator Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 07/04/2017, grifei)

No entanto, em razão de o presente pedido liminar ter natureza satisfativa, mostra-se de rigor a constrição dos efeitos de seu deferimento, oportunizando-se às instâncias ordinárias nova análise do tema sob a óptica do entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, **defiro o pedido de medida liminar, em menor extensão**, para determinar que o Magistrado singular analise o pleito de livramento condicional nos termos da lei, afastada a necessidade de permanência em regime intermediário como óbice à concessão do livramento condicional.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no

# *Superior Tribunal de Justiça*

quadro fático atinente ao tema objeto deste feito, notadamente após o cumprimento desta decisão.

Requeira-se, ainda, **senha para acesso** aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator

